

Paula Almeida Mendes. *Paradigmas de Papel: A escrita e a edição de “vidas” de santos e de “vidas” devotas em Portugal (séculos XVI – XVIII)*. Porto, CITCEM, 2017. 511 p. ISBN: 978-989-8351-82-1.

A riqueza do texto religioso enquanto objeto de estudo já foi reconhecida, há bastante tempo, pela historiografia. São muitos os tipos de fontes eclesiásticas (registros paroquiais, cartas, decretos, crônicas, sermões) que fazem parte do escopo documental de inúmeras pesquisas, inclusive daquelas que não se debruçam, necessariamente, sobre o tema da religião. São registros nos quais se pode enxergar, além da prática religiosa, traços das hierarquias, das disputas de poder, e das concepções morais e comportamentais sob as quais se organizava uma determinada sociedade. Em verdade, o texto religioso, ao ser fabricado, esteve submetido a diversas camadas de motivações e constrangimentos, que vão além das questões de fé e doutrina, e que se manifestam em sua escrita.

As múltiplas possibilidades de interpretação do registro eclesiástico são justamente o que chama atenção na obra intitulada *Paradigmas de Papel*, escrita por Paula Almeida Mendes. Este trabalho é fruto de sua tese de doutorado, defendida em 2012 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Neste livro, ela faz uma análise das hagiografias e biografias devotas produzidas em Portugal durante os séculos XVI-XVIII.

Observando um extenso corpo documental, Paula Mendes examina as representações de santidade que são descritas nestas obras, e os *topoi* narrativos ativados por seus autores para construção dessas imagens. Além de compreender como as “vidas” eram produzidas, a autora se preocupa também em investigar o porquê de sua fabricação, tendo em vista o crescimento do gênero hagiográfico no contexto da contrarreforma católica, sobretudo após o Concílio de Trento (1545-1563).

Dessa forma, antes de adentrar no conteúdo de suas fontes, Paula Mendes procura apresentar, na introdução do livro, uma definição do que seriam essas hagiografias e biografias devotas. Segundo ela, as “vidas” de santos(as) e beatos(as) eram textos que narravam a trajetória de sujeitos “ilustres em virtude”, considerados modelos da perfeição cristã. Eram narrativas sobre indivíduos cujo comportamento era marcado, entre outras características, pela constância na oração e no cumprimento dos sacramentos, e que viviam segundo os princípios da humildade e do desapego das riquezas terrenas. Além da descrição dos costumes exemplares, as hagiografias destacavam também o poder taumatúrgico dos santos e os milagres operados por eles em vida,

ou após a morte por meio de suas relíquias (p. 60). Eram obras “cujo objetivo fundamental residia na glorificação da personagem em questão”. A produção desses registros tinha “um papel fundamental” na “promoção do culto”, configurando-se como ferramenta nos processos de canonização e beatificação, uma vez que se apresentavam como memória e comprovação da santidade ali documentada (p. 15).

Nas primeiras páginas do livro, destacam-se também outros objetivos contidos na escrita das hagiografias e biografias devotas, além da sua contribuição no reconhecimento da santidade. A autora chama atenção para a “função didática, edificante e disciplinadora” dessas “vidas”. Ao descrever os principais traços que marcavam o comportamento dos santos, os relatos hagiográficos construíam um paradigma do cristão ideal, que serviria de exemplo e poderia ser imitado pelos demais fiéis (p. 16). Dessa forma, as hagiografias e biografias devotas se conformariam com o esforço disciplinador que compunha a agenda da contrarreforma católica.

Tendo definido o que seriam as narrativas hagiográficas, na primeira parte de *Paradigmas de Papel*, intitulada “Escrita de Memória”, Paula Mendes faz o que ela chama de uma “análise arqueológica” do gênero. No primeiro capítulo – “Os gêneros e sua evolução” –, a autora examina a trajetória deste estilo narrativo ao longo do tempo, partindo da antiguidade e chegando até a época moderna. Essa análise da hagiografia na longa duração aparecerá ainda nos capítulos seguintes do livro. Faz parte de sua investigação compreender como o conteúdo destas obras se relacionava com o contexto em que foram produzidas, observando os aspectos que permanecem, e os que são modificados ao longo dos séculos de acordo com as exigências e motivações de cada época.

Entre as mudanças destacadas na produção das hagiografias e biografias devotas há que se destacar, por exemplo, as alterações implementadas a partir das críticas dos humanistas sobre este gênero. Para estes, havia uma distinção significativa entre o escrito hagiográfico e a historiografia. O primeiro “obedecia a um certo formalismo, em detrimento da sua historicidade”. Na escrita das “vidas” prevaleciam o místico, os milagres, a “atemporalidade da narrativa”, cuja intenção era “promover o louvor de Deus, a imitação do exemplo, a edificação e a catequização”. Em contrapartida, “o relato historiográfico teria, sobretudo, uma finalidade informativa e seria regido pelo rigor cronológico” (p. 52).

Somada a esta crítica dos humanistas, vinha também a vigilância crescente da própria Igreja Católica. No contexto pós-tridentino, observa-se a “denúncia das fantasias, superstições, fingimentos e excessivos milagres, divulgados e difundidos em muitos registros e histórias de vidas de santos”. Diante disso, cada vez mais “se impunha a necessidade de apurar a verdade histórica dos fatos” relatados (p. 79).

Esta desconfiança quanto às hagiografias não fez diminuir a produção destas obras no modelo “tradicional do gênero”, que “permaneceu dominante e determinante” (p. 53). No entanto, Paula Mendes observa uma preocupação crescente por parte dos autores em apresentar comprovações para os eventos descritos em seus relatos. Ela nota que, nos escritos hagiográficos produzidos na época moderna, “os milagres continuaram a chamar a atenção dos fiéis, quer tivessem sido obrados *in vita* ou *post mortem*, mas procurava-se, sobretudo, recolher testemunhos que permitissem assegurar a sua veracidade” (p. 60).

Concluindo sua investigação sobre a trajetória do gênero hagiográfico, a autora parte então para

uma análise da estrutura textual dessas obras. Ainda dentro da primeira parte de seu livro, ela examina os “paratextos” que compunham as primeiras páginas das hagiografias e biografias devotas. Nesta passagem, chama atenção a sua leitura sobre as dedicatórias. O terceiro capítulo de *Paradigmas de Papel*, intitulado “Dedicatórias e dedicatários: entre a proteção e a devoção”, traz uma apresentação do discurso que marca esta seção específica dos relatos hagiográficos, apontando as manobras retóricas ativadas pelos seus autores, e analisando também o conjunto dos indivíduos aos quais estas obras eram dedicadas.

Para compreender as intenções por trás de uma dedicatória, Paula Mendes afirma que é necessário ter em mente o funcionamento do mundo editorial no Portugal dos séculos XVI-XVIII. É preciso lembrar, de partida, que não havia “um significativo mercado do livro”, no qual o autor possuía maior grau de independência na publicação de suas obras. Neste período, “o mecenatismo e o clientelismo” eram as formas mais comuns de se viabilizar a produção de um livro. Segundo as análises da autora, os dedicatários mais comuns eram os membros do clero secular e regular, monarcas e, após 1640, figuras com alguma função política (nobres, militares, diplomatas). Por meio desta prática, o autor conseguia o apoio, ou o financiamento, de “uma figura importante, a qual garantia uma certa proteção econômica e, em muitos casos, até mesmo religiosa e política” (p. 87-88).

Retomando essa discussão na conclusão de seu livro, Paula Mendes afirma que as dedicatórias configuravam-se como “lugar privilegiado do cruzamento de ‘saber’ e ‘poder’” (p.428). Eram espaços para a busca “de proteção (política, econômica ou religiosa)”, e serviam também como “ato de gratidão devido a mercês recebidas”. Para ela, a análise das dedicatórias é indispensável para

os pesquisadores que tomam as hagiografias e biografias devotas como fonte. Aqui se observam as “complexas redes” que ligam os autores aos seus dedicatários, revelando importantes aspectos a respeito das relações sociais que marcavam o período. Além disso, as dedicatórias também trazem informações significativas “sobre devoções, práticas espirituais, orientações de leituras ou pautas de comportamento” (p. 429).

Da primeira parte de *Paradigmas de Papel*, destaca-se ainda o quarto capítulo – “Leituras e leitores” –, no qual é apresentado outro elemento que se configurava como motivação para a produção das “vidas”. Como foi mencionado anteriormente, as hagiografias e biografias devotas cumpriam uma função importante na promoção do culto a uma determinada figura, e desempenhavam também um papel pedagógico na medida em que forneciam modelos do comportamento cristão ideal. Mas além destas duas finalidades, as obras de cunho espiritual cumpriam também um terceiro objetivo.

De acordo com Paula Mendes, o sucesso alcançado pelo gênero hagiográfico na época moderna se justificou, entre outras razões, como uma “tentativa de substituição dos livros de cavalaria, das novelas amorosas e das comédias”. Dessa forma, pretendia-se diminuir a influência de uma literatura considerada nociva às concepções morais da época, por uma produção que se pretendia “edificante, didática e verdadeira” (p. 129). Neste capítulo, vê-se, mais uma vez, como um estudo do texto religioso pode revelar mais do que os aspectos puramente espirituais. No caso em questão, percebe-se como a escrita de “vidas” cumpria também objetivos referentes à educação moral de uma sociedade.

Essa relação entre a literatura religiosa e o ordenamento social é uma discussão constante em *Paradigmas de Papel*, como se pode observar

nos capítulos aqui apresentados. Em verdade, a ideia de disciplinamento aparece em importantes trabalhos da História da Espiritualidade. Entre as principais referências desta área, destacam-se análises como as de Adriano Prosperi (1994), Federico Palomo (2006) e Maria de Lurdes Fernandes (2000), que produziram conclusões de peso a respeito do disciplinamento social no contexto pós-tridentino, e cuja influência é ressaltada por Paula Mendes ao longo de toda a sua obra.

Tendo apresentado a estrutura textual das hagiografias e biografia devotas, e os principais aspectos que conduziam e delimitavam a escrita e publicação das obras deste gênero, a autora parte então para uma análise mais centrada no conteúdo das “vidas”. Na segunda parte do livro – “Escrita e representação” – ela examina o discurso dos autores, investigando as imagens de santidade que comumente apareciam nestas obras.

O primeiro capítulo desta segunda parte é dedicado às descrições da infância e da juventude dos santos e beatos. Nesta parte das hagiografias, a autora identificou “a existência de vários *topoi*” que são ativados para descrever o início de uma trajetória exemplar, apontando com frequência “para a futura “santidade” dos protagonistas”. Entre os elementos recorrentes nas hagiografias, destaca-se, por exemplo, a forma como os autores tratavam do nascimento desses indivíduos. Em geral, descrevia-se este momento “sob o signo da predestinação divina” (p. 180). Outra imagem recorrente se faz notar também na descrição dos pais do biografado, que eram retratados, em geral, “como pessoas conhecidas pela fama das suas virtudes e práticas devocionais e, em algumas situações, pela sua origem nobre”. Uma descrição que parece compor um cenário que se apresentava “como condições fundamentais para a futura virtude e “santidade” do filho” (p. 181).

Quanto à infância dos biografados, destaca-se também a tendência em descrever os futuros santos e santas sob o “*topos* do *puer senex* – ou *puer senilis* –”, um indivíduo “que concilia, harmoniosamente, a juventude à maturidade”. Os protagonistas das hagiografias são descritos como crianças “sábias e sensatas, que fogem dos jogos e brincadeiras para se concentrarem na oração, no exercício das virtudes e na frequência dos sacramentos”. Segundo Paula Mendes, a recorrência desta imagem se faz notar como uma forma de imitação da infância do próprio Cristo, “que, com doze anos, assombrou com a sua sabedoria os Doutores da Lei, no Templo, explicando-lhes as Escrituras Sagradas, e repreendendo os seus surpreendidos Mestres” (p. 197).

Outras tendências retóricas são examinadas no capítulo intitulado “Tipologias e modelos de santidade”. No vasto volume de hagiografias e biografias devotas aqui apresentadas, identifica-se uma série de arquétipos que expressavam diferentes formas de santidade. Entre as tipologias masculinas destaca-se, por exemplo, a imagem do mártir, promovida, sobretudo, pelas ordens religiosas no contexto pós-tridentino. Neste período, as “lutas e guerras religiosas decorrentes do advento da Reforma Protestante”, e a expansão “do movimento evangelizador”, criaram oportunidades para que o “ideal de martírio se efetivasse” (p. 224). Além do mártir, havia também o eremita, que abdicava de todo o conforto terreno para viver exclusivamente da fé. O cenário pós-tridentino fez crescer também o modelo de santidade ligado à figura dos sacerdotes. No contexto contrarreformista, valorizavam-se as imagens do bispo e do missionário como indivíduos de comportamento exemplar.

Quanto às tipologias de santidade feminina, destaca-se o “modelo monástico de santidade”, que era descrito como “o modelo de santidade

feminina por excelência” (p. 339). A “religiosa”, a “virgem mártir”, e as “santas penitentes” eram os principais paradigmas femininos propagados pelas hagiografias e biografias devotas. Nestas obras, destacam-se também as menções às figuras bíblicas. Imagens como a da Virgem e de Maria Madalena, a pecadora convertida, forneciam modelos de virtude “que, através de seu alto exemplo, poderiam persuadir as mulheres “desonestas” a mudarem o seu rumo de vida” (p. 341).

Os relatos sobre as santas e beatas sugeriam um perfil de comportamento voltado “para o serviço de Deus e do próximo”, que deveria ser adotado pelas mulheres, inclusive por aquelas que não tinham pretensões de ingressar na vida religiosa. Essas descrições de modelos de santidade feminina se relacionavam, portanto, com uma concepção mais ampla a respeito do comportamento ideal da mulher, defendido pelo “discurso normativo da época”. Segundo Paula Mendes, valorizava-se, na figura feminina de modo geral, aspectos como “a castidade, o recato, a humildade, a obediência, submissão, desprezo das vaidades, vergonha e devoção” (p. 326-327). Dessa forma, demonstra-se, mais uma vez, que a construção de determinados perfis nas hagiografias cumpria um objetivo pedagógico e moralizante tanto no âmbito religioso (formar o bom cristão), quanto no social, servindo aos princípios de disciplinamento que vigoravam no período.

Ao evidenciar a variedade de tipologia dos santos, o livro aqui analisado ressalta a historicidade da própria concepção de santidade, que não é compreendida como uma definição preestabelecida e imutável. Na realidade, o conceito de santidade foi constantemente redefinido ao longo do tempo. De acordo com a autora, “os vários e diversos contextos culturais, históricos e religiosos ditaram a emergência de modelos de santidade

distintos”. Dessa forma, as representações dos santos (as) e beatos (as), examinadas neste livro, devem ser compreendidas como “um reflexo do ambiente em que se inseriram”. Com esta análise, é destacada a “vitalidade” do processo de definição da santidade, a qual não pode ser esquecida pelos futuros pesquisadores que pretendem se debruçar sobre as narrativas religiosas (p. 221).

Há ainda mais um “topos narrativo”, identificado por Paula Mendes, que se apresenta nas páginas finais das hagiografias e biografias devotas. No capítulo intitulado “Da morte à imortalização”, ela descreve como os hagiógrafos retratavam os últimos momentos dos seus biografados. Observando as descrições sobre o momento da morte de sujeitos “ilustres em virtude”, a autora percebe a recorrência de um “quadro de gestos, atitudes e comportamentos” que se repetem nos diferentes relatos hagiográficos. De acordo com Paula Mendes, uma das intenções destes “núcleos narrativos sobre a morte parece ser a de concluir o retrato de “santidade” dos biografados, realçando a alegria e a conformação com que estes recebem o anúncio da sua morte e da sua união próxima com Deus”. A mística e os indícios divinos, que se apresentam ao final de uma vida exemplar, são descritos como comprovações da santidade. Além disso, essa imagem dos “derradeiros momentos” era semelhante às representações que circulavam “nas *artes bene moriendi*”. Assim como estas, o relato hagiográfico tinha entre seus objetivos o de criar um paradigma para “despertar nos leitores o desejo e a esperança de chegar a um final idêntico e alcançar a salvação se imitarem os biografados” (p. 357-359).

Em *Paradigmas de Papel* vê-se, portanto, as várias camadas de tradições, objetivos e vigilâncias que operavam na produção de uma obra de cunho religioso. Além de apresentar um extenso corpo documental, que a própria autora reconhece como

contribuição para as pesquisas futuras, o livro de Paula Mendes é também de grande importância enquanto inspiração metodológica. De sua análise sobre as hagiografias, emerge uma concepção da espiritualidade como campo de disputa, onde competem diversas outras esferas sociais. O texto religioso é apresentado sob a ótica da construção das representações, das identidades e, indo mais além, como ferramenta para o ordenamento

e disciplinamento da sociedade. A relevância desta obra se justifica pela análise minuciosa dos *topoi* narrativos, que trazem à luz o discurso e os argumentos mobilizados pelos autores na elaboração de seus escritos, mas também pela preocupação central da autora em pensar as “recomposições religiosas, políticas e sociais que foram, paulatinamente, metamorfoseando as representações de santidade” (p. 430).

Rafaela Almeida
Leovegildo Franca



Mestranda em História Social pela
Universidade Federal da Bahia